



1ª Rodada de Seminários de Saneamento

UGRH 2: PIRACICABA

Levantamento de Demandas Imediatas e/ou Emergenciais para Sistemas de Abastecimento de Água (SAA) e Sistemas de Esgotamento Sanitário (SES) na Bacia do Rio Doce

Relatório Síntese

João Monlevade, 4 de setembro de 2015.

Sumário

1 – Introdução	2
2 – A programação	4
3 – Apresentações do IBIO-AGB/DOCE, dos municípios e questões levantadas: breve descrição	5
4 – As construção das propostas de critérios para nortear a aplicação dos recursos da cobrança pelo uso da água na bacia do Doce para ações de saneamento básico (SAS e SES).....	8
5 – Avaliação e encerramento.....	13
ANEXOS	14

1 – Introdução

No dia 4 de setembro de 2015 foi realizada, em João Monlevade/MG, a 1ª Rodada de Seminários sobre Saneamento na bacia do rio Doce. O evento ocorreu na Associação dos Municípios da Microrregião do Médio Rio Piracicaba (AMEPI).

O público participante foi constituído de representantes dos municípios inseridos na Unidade de Gestão de Recursos Hídricos Manhuaçu (UGRH 2: Piracicaba) que concluíram o processo de construção de seus planos municipais de saneamento básico – PMSB (realizados com recursos da cobrança pelo uso da água na bacia ou de outras fontes de financiamento), da Agência da bacia do rio Doce (IBIO-AGB/DOCE), representante da Agência Nacional de Águas (ANA) e de outras organizações, totalizando quarenta pessoas.

Foram convidados 16 municípios, sendo estes:

- (i) municípios cujos PMSB foram realizados com recursos da cobrança pelo uso da água na bacia do rio Doce – Antônio Dias, Barão de Cocais, Bela Vista de Minas, Bom Jesus do Amparo, Catas Altas, Coronel Fabriciano, Itabira, Jaguaráçu, Marilândia, Nova Era, Rio Piracicaba, Santa Bárbara, Timóteo; e
- (ii) municípios cujos PMSB foram realizados por meio de outras fontes de recursos – João Monlevade, São Domingos do Prata e São Gonçalo do Rio Abaixo.

Estiveram presentes nessa 1ª rodada representantes de nove municípios: Barão de Cocais, Bela Vista de Minas, Catas Altas, Antônio Dias, Jaguaráçu, Nova Era, Itabira, Santa Bárbara e São Domingos do Prata. Em anexo encontra-se a lista de presença.

O objetivo desta 1ª rodada de seminários foi o de levantar ações, proposições e intervenções para o sistema de abastecimento de água (SAA) e para o sistema de esgotamento sanitário (SES), tanto na área urbana quanto rural, considerados pelos municípios envolvidos como emergencial ou de ação imediata, tomando por base os PMSB. Além disso, buscou-se iniciar um diálogo sobre os critérios a serem

considerados na revisão do Plano de Aplicação Plurianual (PAP)¹ da bacia do rio Doce para o aperfeiçoamento da aplicação dos recursos da cobrança pelo uso da água para as ações de abastecimento de água e de esgotamento sanitário.

O IBIO/AGB DOCE enviou com antecedência aos municípios envolvidos uma carta convite que descrevia as intencionalidades em torno da 1ª rodada de seminários, os procedimentos que seriam adotados, as programações e as Unidades de Gestão de Recursos Hídricas envolvidas que, além da UGRH 2, compreendeu: a UGRH 1 (Piranga); UGRH 6 (Manhuaçu); a UGRH 7 (Guandu); a UGRH 8 (Santa Maria do Doce); e a UGRH 9 (São José)². Além disso, foi enviado um roteiro (em *power point*) que apresentava uma série de questões relacionada ao saneamento básico nos municípios, centrada nos sistemas de abastecimento de água e no sistema de esgotamento sanitário. Este roteiro foi previamente preenchido pelos municípios participantes, tomando por base o Plano Municipal de Saneamento Básico, e serviu de guia para as apresentações no seminário.

Estas apresentações se configuraram elemento central para ampliar os diálogos e para nortear o desenvolvimento de propostas de novos critérios (eliminatórios e classificatórios) para o aperfeiçoamento dos procedimentos da aplicação dos recursos da cobrança pelo uso da água na bacia para as ações de saneamento básico (SAA e SES).

Este relatório apresenta, de modo sucinto, os principais pontos debatidos e as propostas que foram construídas por meio do diálogo envolvendo o público participante. Ele está dividido em quatro tópicos, além desta introdução. No tópico abaixo se apresenta a programação do evento, enquanto no tópico três narra-se os principais temas/assuntos levantados e dialogados durante as apresentações dos representantes municipais. Já o tópico quatro descreve as propostas construídas no seminário sobre os critérios para nortear a aplicação dos recursos advindos da cobrança pelo uso da água na bacia do rio Doce e, por fim, o último tópico narra sobre

¹ O PAP é um instrumento básico e harmonizado de orientação dos estudos, planos, projetos e ações a serem executados com recursos da cobrança pelo uso da água em toda a bacia hidrográfica do rio Doce, para o período de 2012 a 2015. Os comitês de bacia hidrográfica deverão analisar e deliberar sobre aperfeiçoamentos deste instrumento no final de 2015.

² Os resultados dos seminários desenvolvidos nessas UGRHs estão descritos em relatórios distintos.

a avaliação. Há ainda um conjunto de anexos que apresenta: a lista de presença; as avaliações e as apresentações que foram realizadas pelos representantes municipais.

2 – A programação

Para o alcance dos objetivos propostos nessa 1ª rodada de seminários, foi elaborada uma programação, conforme demonstra o quadro abaixo.

Horário	Descrição
8h00 - 8h30	Inscrição e recepção dos convidados
8h30 - 9h00	Abertura: Autoridades locais, representantes de órgãos gestores, do CBH Doce e do CBH Manhuaçu
9h00 - 9h40	Apresentação IBIO AGB DOCE e diálogo: objetivos do evento, metodologia e resultados esperados
9h40 - 12h30	Apresentação dos municípios: ações para o Sistema de Abastecimento de Água (SAS) e Sistema de Esgotamento Sanitário (SES)
12h30 - 14h00	Almoço
14h00- 16h00	Continuidade das apresentações
16h00 - 16h20	Intervalo
16h20 - 17h00	Continuidade das apresentações
17h00 - 18h00	Síntese das apresentações // Resgate de propostas sobre critérios para investimento com recursos da cobrança pelo uso da água
18h00 - 18h30	Avaliação e encerramento

Esta programação contemplou dois momentos distintos e dependentes: um primeiro compreendeu as apresentações desenvolvidas pelo IBIO-AGB/DOCE e pelos representantes municipais e um segundo momento onde foram construídas as propostas de critérios (eliminatórios e classificatórios) para nortear a aplicação dos

recursos da cobrança pelo uso da água na bacia para as ações de abastecimento de água e de esgotamento sanitário.

Vale destacar que o tempo destinado para as apresentações dos municípios foi menor do que o previsto, algo que colaborou com o aprofundamento das propostas de critérios (a partir da utilização de um tempo maior que o planejado). A seguir são descritos os principais pontos que surgiram durante os diálogos e debates, considerando cada momento distinto da programação acima descrita.

3 – Apresentações do IBIO-AGB/DOCE, dos municípios e questões levantadas: breve descrição

A abertura do seminário foi realizada pelo presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Piracicaba, Iusifith Chafith Felipe, e pelo secretário executivo da AMEPI, Eduardo Quaresma, pelo representante do IBIO-AGB/DOCE, Edson de Oliveira Azevedo e pela representante da Agência Nacional de Águas Ludmila Rodrigues. Durante a abertura foi mencionada a importância das agendas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário para a bacia do rio Doce e a necessidade de expandi-las, incorporando a temática dos chamados resíduos sólido. Foi ainda afirmado a importância de aprofundar sobre a montagem de uma agência reguladora para as ações de saneamento, considerando que tal implantação é onerosa, necessitando, portanto, ampliar o diálogo em torno da criação consórcio intermunicipal, a fim de tornar mais eficiente o estabelecimento da agência reguladora.

Após esse momento de boas vindas e de breve contextualização sobre o seminário, houve uma rodada de apresentação dos presentes e o repasse da programação do seminário. Nesse momento, foi ainda narrado sobre os procedimentos a ser adotados para o controle do tempo durante as apresentações, visando construir um pacto com os presentes para maior efetividade dos diálogos e para a gestão do tempo previsto para cada etapa do seminário.



Cenas da abertura do Seminário e da apresentação do IBIO/AGB-DOCE.

Dando sequência, foi realizada uma apresentação pelo Edson Azevedo (IBIO-AGB/DOCE) que retratou vários pontos, tais como: os objetivos do seminário e a agenda desta 1ª rodada, a agenda para as rodadas seguintes (novembro de 2015 – com a participação de instituições de fomento, e julho de 2016 – envolvendo os demais municípios que até lá terão concluídos seus PMSB), o PAP (o que é este instrumento, suas premissas, seus objetivos e suas fontes de recursos), os critérios que norteiam as análises das instituições que fomentam ações de saneamento básico, os critérios (eliminatórios e classificatórios) que atualmente se encontram em vigor no PAP da bacia do rio Doce, e sobre o esforço da agência do Doce para o fomento dos PMSB na bacia. Esse esforço deve ser continuado, haja vista que a construção deste instrumento de planejamento se configura um dos primeiros passos visando o saneamento ambiental na bacia do rio Doce.

Dando prosseguimento à programação, os representantes municipais deram início às suas apresentações. A cada bloco de três apresentações foi aberto um espaço para dúvidas, complementos, sugestões e opiniões. Esse momento foi bem oportuno para algumas trocas de informação entre os presentes e também para ampliar o diálogo em torno de variados temas, destacando:

- A contratação de empresas para a construção dos PMBS considerou em vários casos um agrupamento de municípios, algo pensado, inclusive, para facilitar a contratação de técnicos para realização de projetos executivos ou para implantação de obras. Além disso, tais agrupamentos podem facilitar a ação de um ente regulador de saneamento.

- A maioria dos municípios é responsável pelo abastecimento de água na zona rural.
- A tarifação se configura de extrema importância para a sustentabilidade do sistema de saneamento nos municípios, sendo que parte dos recursos arrecadados com os serviços de saneamento poderão subsidiar a expansão da rede e o tratamento das águas que abastecem a zona rural dos municípios.
- Foi ainda relatado que a COPASA comumente atende apenas a zona urbana, cuja arrecadação se dá de forma mais fácil e ágil. A zona rural ou onde os municípios se configuram pequenos e com baixa escala não são atendidos. O representante da COPASA presente alegou que a partir da nova direção da empresa, esta visão/atuação vem sendo questionada e modificada.



Cenas das apresentações dos representantes municipais.

- As taxas de desperdício apresentadas, aparentemente, se configuram falhas, tendo em vista que há municípios que apresentaram não possuir hidrometração e taxas baixas de desperdício se comparada com a média nacional.
- A hidrometração se configura algo salutar para uma maior justiça no tocante ao uso da água por parte da população, tendo em vista que por meio deste aparelho podem-se fazer medições mais fidedignas e cobrar pelo atendimento. Assim, aquelas familiar que economizam água ou faz seu uso com maior racionalidade pagariam menos pelos serviços. Ou

seja, implanta-se maior justiça no município (quem mais utiliza paga mais e vice-versa).

Vale destacar que os municípios se esforçaram para o preenchimento do roteiro solicitado e seus representantes expuseram de forma transparente as informações solicitadas. Como relatado anteriormente, isso foi de grande valia para o desenvolvimento da etapa seguinte da programação, conforme exposto abaixo.

4 – As construções das propostas de critérios para nortear a aplicação dos recursos da cobrança pelo uso da água na bacia do Doce para ações de saneamento básico (SAS e SES)

Esta etapa do seminário deu início a partir de um resgate sobre os critérios utilizados pelas instituições de fomento na área de saneamento básico (SAA e SES). Esses critérios são:

- Ter concluído o processo de elaboração do plano municipal de saneamento básico.
- O plano municipal de saneamento básico deve estar aprovado (Lei ou Decreto).
- O município deve possuir um Conselho Municipal de Saneamento ou atribuir a outro Conselho existente o acompanhamento da implementação do plano municipal de saneamento básico.

Além desses, as instituições de fomento irão analisar se os projetos/pleitos se encontram bem evidenciados no plano municipal de saneamento básico.

Em seguida foram apresentados os critérios atualmente utilizados para a utilização dos recursos da cobrança pelo uso da água na bacia do rio Doce para as ações de saneamento (água e esgoto). Estes critérios estão referendados no PAP da bacia do rio Doce e deverão ser revistos/aperfeiçoados no âmbito dos comitês de bacia hidrográfica. São eles:

(i) Critérios Eliminatórios

- Situação da outorga pelo uso da água regularizada ou em regularização.
- Adimplência em relação à cobrança pelo uso da água.

- Plano municipal de saneamento básico devidamente aprovado.

(ii) **Critérios Classificatórios**

➤ **P11 – PROGRAMA DE SANEAMENTO (ESGOTO)**

- Municípios com DBO remanescente superior a 5 ton/dia.
- IDH-M 2010 inferior a 0,600.
- Percentual dos municípios urbanos com saneamento adequado menor do que a média da bacia nos estados de MG e ES.
- Índice de internação por doença de veiculação hídrica no município superior à média dos estados de MG e ES.
- Índice de cobertura de coleta de esgoto inferior à média dos estados de MG e ES.
- Índice do tratamento dos esgotos coletados inferior à média dos estados de MG e ES.
- Lançam esgotos à montante da captação (ATLAS ANA – 2010).

➤ **P41 – PROGRAMA DE UNIVERSALIZAÇÃO DO SANEAMENTO (ÁGUA)**

- IDM-M 2010 inferior a 0,600.
- Índice de internação por doença de veiculação hídrica no município superior à média dos estados de MG e ES.
- Percentual dos municípios urbanos com saneamento adequado menor do que a média da bacia nos estados de MG e ES.
- Índice de cobertura de abastecimento de água inferior à média dos estados de MG e ES.
- Necessidade de ampliação do sistema de abastecimento de água (ATLAS ANA – 2010).
- Necessidade de novo manancial até 2015 (ATLAS ANA – 2010).

Foram ainda apresentados os critérios sugeridos pelos municípios, tendo por referência as respostas apresentadas no questionário (*power point*) apresentado. Em suma, as sugestões foram:

- Possuir o plano de saneamento básico aprovado em audiência e na câmara municipal.

- Acreditamos que o critério a ser analisado deva ser do ponto de vista ecológico, haja vista que atualmente a maioria dos recursos é direcionada aos grandes centros urbanos e municípios com maior adensamento populacional. Entretanto, analisando a área ocupada, os municípios de menor porte ocupam grandes extensões territoriais e consequentemente possuem maior incidência de áreas de reservas hídricas, além de informações ambientais e econômicas relevantes para a manutenção e preservação da bacia, muitas vezes não conhecidas e dessa forma não exploradas. Assim, este critério nos colocaria como municípios prioritários para investimentos de estudos hidrológicos. Com esses estudos em mãos, teremos condições de avaliar quais áreas deverão ser preservadas como forma de garantir a disponibilização da água para as gerações futuras e formas adequadas de gestão das áreas de exploração mineral e vegetal. Pois, apesar da aptidão econômica regional ser voltada a atividade exploratória essas informações serão imprescindíveis para que os gestores municipais tenham conhecimento e a obrigatoriedade de resguardarem este bem, primordial para a sobrevivência de todos, haja vista se tratar de um direito difuso. Portanto torna-se de suma importância o apoio prioritário do comitê para subsidiar os municípios nessa empreitada.
- Municípios que fazem campanhas em prol do meio ambiente, principalmente educação ambiental nas escolas e conscientizam à população para o uso racional da água e disposição adequada de resíduos sólidos.
- Os municípios menos estruturados.
- Os municípios mais próximos das nascentes.
- Penso que o primeiro item a ser verificado e exigido é que o município esteja em dia com os pagamentos pelo uso dos recursos hídricos, com as outorgas, etc. Não é correto, que aqueles inadimplentes recebam benefícios.

- Penso também que seria justo privilegiar quem participa ativamente dos processos de gestão: reuniões dos Comitês, Câmaras Técnicas, entre outros e, por fim, os que apresentem bons projetos.
- Prioridade das demandas.
- Projetos consistentes elaborados.
- Situação de outorga regularizada e adimplência
- Projeto de recuperação de áreas degradadas, categorizados em projeto, em implantação, implantado, executado.
- Adimplência.
- Potencial e segurança hídrica relevantes.
- Consórcio e projetos executivos.
- Ter o PMSB aprovado e apresentar as prioridades e os projetos.

Em seguida, foi proposto cotejar as propostas acima e os critérios previstos no PAP (eliminatórios e classificatórios), sendo retirados da análise aqueles considerados correlatos (ou seja, já contemplado no atual PAP).

Feito esse cotejo e retirada às propostas contempladas no PAP, partiu-se para análises das propostas considerados novas, levando em conta alguns pressupostos que envolvem o estabelecimento de critérios, quais sejam: (i) os critérios devem ser concretos, “palpáveis”, a fim de evitar análises por parte dos técnicos envolvidos a partir de subjetividades; (ii) os critérios devem possuir fontes fidedignas para comprovação (podendo ser estudos de institutos governamentais, declarações de concessionárias, de presidentes dos comitês, entre outros). Vale destacar que durante as discussões surgiram novas propostas/sugestões de critérios.

Desta forma e após amplo debate, as propostas de critérios selecionadas para serem analisados pelos Comitês de Bacia a fim de aperfeiçoar o PAP foram:

(i) Critérios Eliminatórios

- Não houve propostas.

(ii) Critérios Classificatórios

➤ PROGRAMA P11 e PROGRAMA P41

- Hidrometração na área urbana (mínimo de 70%);
- Atuarem em consórcios;
- Possuir um Conselho Municipal de Saneamento ou atribuir a outro Conselho existente o acompanhamento da implementação do plano municipal de saneamento básico;
- Participação do poder público municipal em 1/3 das reuniões ordinárias do Comitê de Bacia, comprovada pela lista de presença, desde que convidados;
- Possuir uma agência reguladora ou delegar esta função a algum ente regulador;
- Ter tarifa de água na sede urbana;
- Possuir estrutura mínima para prestação de serviços de saneamento (departamentos, secretarias específicas ou SAAEs).

Além dessas propostas, foi lançada a ideia de se criar um critério relacionado à ocorrência de riscos no ponto de captação, como a proximidade de estradas com movimento considerado alto, algo que pode trazer riscos de acidentes com produtos químicos, por exemplo. Como já há um critério no PAP relacionado à necessidade de um novo manancial, esta ideia ficou pra ser mais analisada nas câmaras técnicas dos comitês.

Outro ponto destacado durante os diálogos foi à necessidade de se buscar, no médio prazo, critérios que considerem questões ambientais dos municípios para além daqueles já acenados no PAP e bem direcionados ao saneamento. Cobertura vegetal, preservação de matas ciliares ou de zonas de recarga, dentre outros foram levantados. Entretanto, o grupo considerou que o aprofundamento deste tema deve se dar num ambiente técnico (câmaras técnicas dos comitês, por exemplo), haja vista que há inúmeras variáveis que podem influenciar tais propostas de critérios que devem ser analisadas com tempo e com subsídios técnicos.

5 – Avaliação e encerramento

A última etapa do seminário se configurou na avaliação do evento. Para isso, foi distribuída uma ficha de avaliação para os presentes. Nesta ficha havia um conjunto de sete perguntas que dizia respeito a determinados temas, como a importância do seminário; se os objetivos foram alcançados; o espaço destinado ao seminário; a postura do moderador; dentre outras questões. O resultado desta avaliação encontra-se nos anexos deste relatório.

ANEXOS

ANEXO I: LISTA DE PRESENÇA

 SEMINARIO DE SANEAMENTO – CBH PIRACICABA 04 DE SETEMBRO DE 2015 – PIRACICABA - MG				
INSTITUIÇÃO	MEMBRO	TELEFONE	E-MAIL	ASSINATURA
PM O A	Audrea Pereira	3832.7121	piracicaudrea@hotmail.com	<i>[Signature]</i>
PM RP	Gleudson Almeida Aranda	8231.7165	meioambiente@piracicabamg.gov.br	<i>[Signature]</i>
PM S.D. do Prata	Adelson Vieira das S. Soares	9518.3034	adelsonvieira@hotmail.com	<i>[Signature]</i>
Papicaba	Leandro Angelina	(31) 91932822	leandro@papicabamg.com.br	<i>[Signature]</i>
P.M. Jaguaruçu	Walter Matheus Lopes de Almeida	(31) 88111131	waltermatheus@wmail.com	<i>[Signature]</i>
P.M. Jaguaruçu	Walter Luiz de Souza	(31) 8609.7741	walterluiz@td.com.br	<i>[Signature]</i>
Jaguaraçu	Luiz Antonio Feres	(31) 89289156	luiz-antonio-feres@ig.com.br	<i>[Signature]</i>
PM S.D. Prata	Jose Carlos de Oliveira	9707-2493	jozcarlos@piracicabamg.com.br	<i>[Signature]</i>
P.M. Nova Es	Flaminia Guerra	3861.4221	flaminia@novaes.com.br	<i>[Signature]</i>
P.M. São João	Felipe S. Brum	(31) 3831-7602	felipe@saosjoao.com.br	<i>[Signature]</i>
P.M. São João	Marcelo J. Costa	31.3832.3060	marcelo@saosjoao.com.br	<i>[Signature]</i>
PM B. C. S. M.	Fernando C. B. L.	31.99774736	fernando@bcs.com.br	<i>[Signature]</i>
PM S.D. Prata	Enivaldo Carlos Marques	9644.7238	enivaldo@prata.com.br	<i>[Signature]</i>
PM S.D. Prata	Letícia Barcelos Brandes Gomes	4129.1623	leticia.barcelosbrandes@prata.com.br	<i>[Signature]</i>
PM Nova Es	Renando Trummelmann	3795.9274	renando@novaes.com.br	<i>[Signature]</i>
PM S. - N. Es	Douglas Felipe Lopes Batista	5861-1661	dflopes@novaes.com.br	<i>[Signature]</i>

 SEMINARIO DE SANEAMENTO – CBH PIRACICABA 04 DE SETEMBRO DE 2015 – PIRACICABA - MG				
INSTITUIÇÃO	MEMBRO	TELEFONE	E-MAIL	ASSINATURA
SARE - ITAB	Georgina Martins Borges	3839.5320	georgina@itab.com.br	<i>[Signature]</i>
SARE - Itabira	HARTION DA FERRAZ FONSECA	5839.1208	hartion@itabira.com.br	<i>[Signature]</i>
PM - NOVA ESPERANÇA	WALLAS J. DA SILVA	(31) 86026254	wallas@novaesperanca.com.br	<i>[Signature]</i>
ASSOCIADA PARLAMENTAR	GERALDO GOVANI SILVA	31.5555-4989	geraldo@parlamentar.com.br	<i>[Signature]</i>
P.M. Balaista	Marilene Rodrigues de Souza	31.3853.1898	marilene@balaista.com.br	<i>[Signature]</i>
Cobrasa	Wilson Milani	31.3846.7535	wilson.milani@cobrasa.com.br	<i>[Signature]</i>
ANEPi	Eduardo Fontana	31.3852.1541	eduardo@anepi.com.br	<i>[Signature]</i>
Santa Bárbara	Walter Silva	31.3852.1851	walter@sb.com.br	<i>[Signature]</i>
Papicaba	Roberto C. Barros	31.8825-5003	roberto@papicaba.com.br	<i>[Signature]</i>
Pejabatara	Robert de Lencastre	31.5848.1007	robert@pejabatara.com.br	<i>[Signature]</i>
ANEPi	TALES FROES DOS SANTOS	3832.1541	tales@anepi.com.br	<i>[Signature]</i>
EMATER/MG/CBH Piracicaba	Uniluis Novais Perdigão	31.7861.8400	uniluis@emater.com.br	<i>[Signature]</i>
F. C. Ambiental	NEWTON T. BURCIO	31.8604.8212	newton@fca.com.br	<i>[Signature]</i>
TAO AGG DOCE	EDSON DE OLIVEIRA AZEVEDO	(31) 8426.6778	edson@tao.com.br	<i>[Signature]</i>
CDM Piracicaba	LUIS FILIPE CHAFFIM FELIZ	(31) 8288-0352	luis@cdm.com.br	<i>[Signature]</i>
Comidades	Marlene Costa Gomes	(31) 8596-4203	marlene@comidades.com.br	<i>[Signature]</i>

ANEXO II – FICHAS DE AVALIAÇÃO

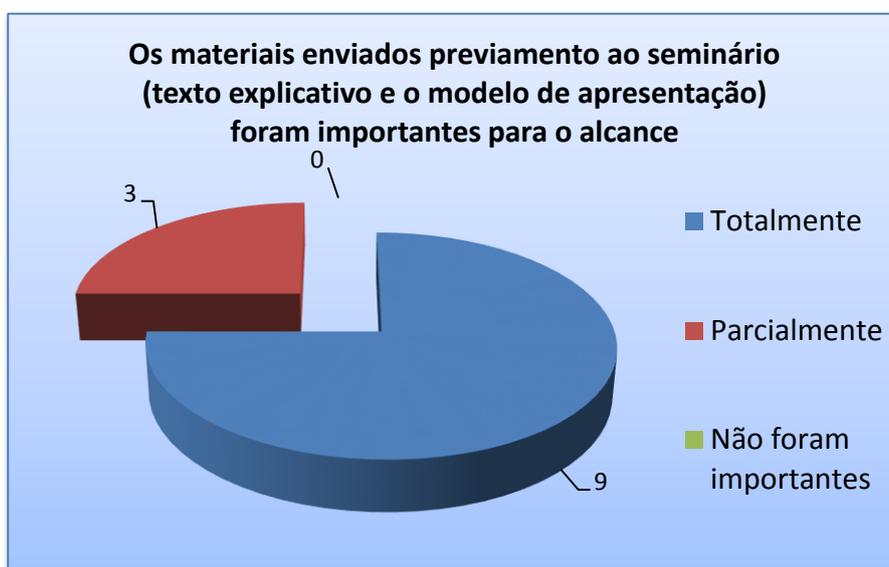
1ª Rodada de Seminários de Saneamento

UGRH: Piracicaba

Solicitamos o preenchimento desta ficha de avaliação, apontando sua opinião sobre o seminário. As respostas irão subsidiar o aperfeiçoamento de outros encontros promovidos pelos Comitês inseridos na Bacia Hidrográfica do Rio Doce e pela Entidade Delegatária e Equiparada de Funções de Agência de Água da bacia hidrográfica do rio Doce – Instituto BioAtlântica (IBIO-AGB Doce). Sua contribuição é de extrema importância.

Desde já agradecemos!

- 1) Os materiais enviados previamente ao seminário (texto explicativo e o modelo de apresentação) foram importantes para o alcance dos resultados.
() Totalmente;
() Parcialmente;
() Não foram importantes

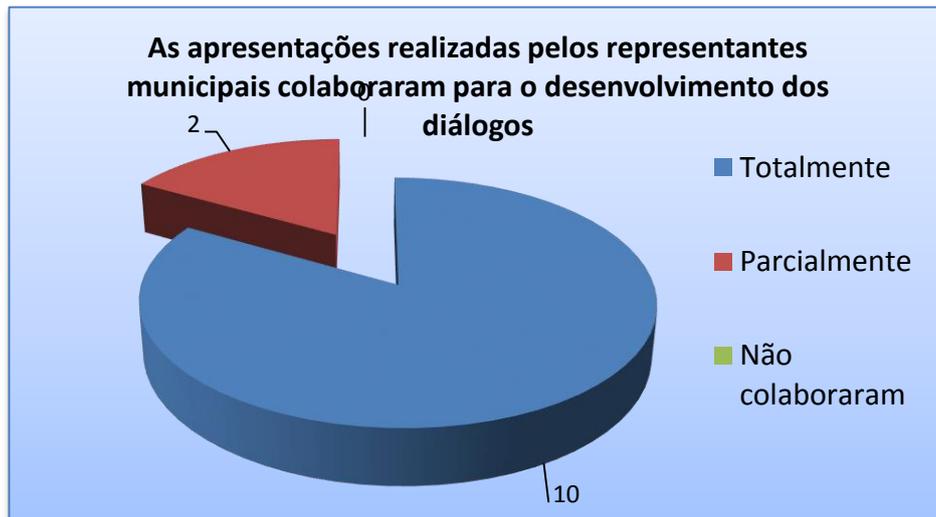


Sugestão:

- Importante mandar ofício ao prefeito municipal.

2) As apresentações realizadas pelos representantes municipais colaboraram para o desenvolvimento dos diálogos:

- () Totalmente;
- () Parcialmente;
- () Não colaboraram



Sugestão:

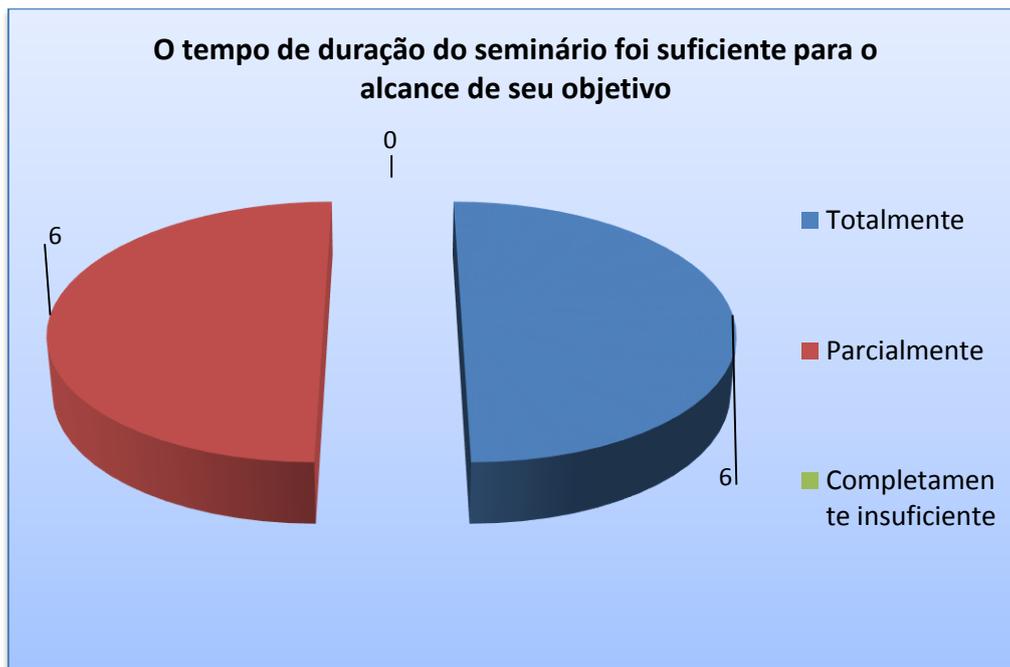
- Fazer novas reuniões para fortalecer mais o entendimento, pois o assunto é amplo.

3) O tempo de duração do seminário foi suficiente para o alcance de seu objetivo:

() Totalmente;

() Parcialmente;

() Completamente insuficiente.

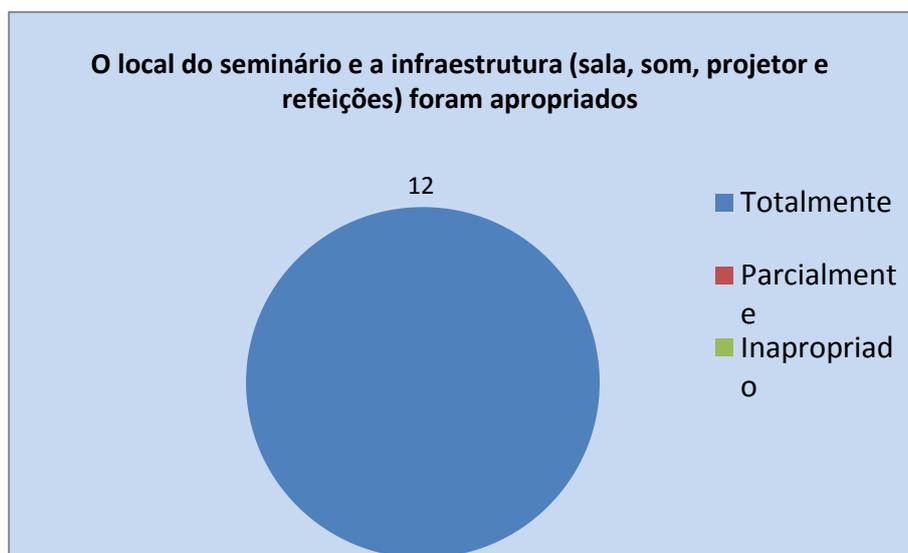


Sugestão:

➤ Não houve.

4) O local do seminário e a infraestrutura (sala, som, projetor e refeições) foram apropriados:

- () Totalmente;
- () Parcialmente;
- () Inapropriado.



Sugestão:

- Não houve.

5) A moderação do seminário facilitou a busca dos objetivos propostos e o desenvolvimento dos trabalhos:

- () Totalmente;
- () Parcialmente;
- () Não facilitou.

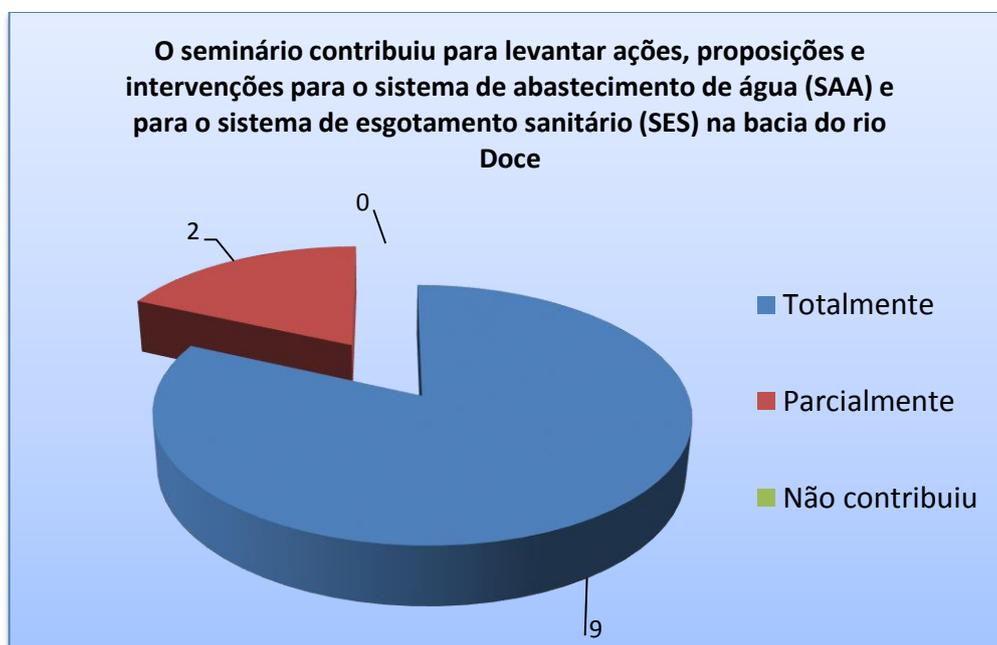


Sugestão:

- Não houve.

6) O seminário contribuiu para levantar ações, proposições e intervenções para o sistema de abastecimento de água (SAA) e para o sistema de esgotamento sanitário (SES) na bacia do rio Doce.

- () Totalmente;
- () Parcialmente;
- () Não contribuiu.

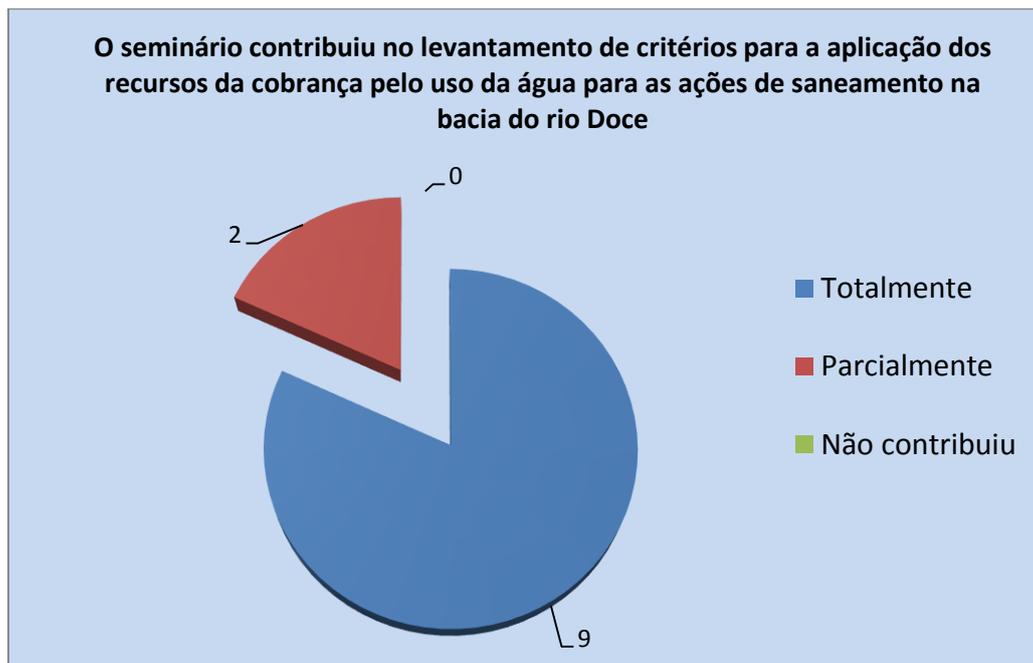


Sugestão:

- Não houve.

7) O seminário contribuiu no levantamento de critérios para a aplicação dos recursos da cobrança pelo uso da água para as ações de saneamento na bacia do rio Doce.

- () Totalmente;
- () Parcialmente;
- () Não contribuiu.



Sugestão:

- Não houve.

Outras sugestões

- Sim. Mas cada município “talvez” poderia ter um critério de avaliação isolado.

O comitê do Piracicaba e o IBIO poderiam reunir com os prefeitos para verificar se houve a finalização do plano e da importância da continuidade dos trabalhos.

ANEXO III – APRESENTAÇÕES MUNICIPAIS

(este anexo contém as apresentações realizadas durante o seminário e as que foram enviadas previamente ao IBIO/AGB-DOCE, mas não apresentadas durante o seminário devido à ausência do representante municipal).

(enviado em arquivos separados – em .PDF).